

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2015 e 31/12/2014
--

EM MILHARES DE REAIS

1) Histórico e Contexto Operacional

A TECNOSOLO S/A foi fundada em 17 de outubro de 1957, dedicando-se às atividades ligadas a mecânica de solos, sondagens, fundações e contenções de encostas e ao controle tecnológico de qualidade e construção civil, incluindo-se mais tarde no objetivo social as atividades de estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos e, mais recentemente, a construção civil e a incorporação de empreendimentos imobiliários. Sua atuação cobre, assim, atualmente as mais diferentes atividades no campo da engenharia.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras da companhia referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2015 e 31/12/2014 foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios.

Está sendo apresentada a consolidação das demonstrações financeiras da Tecnosolo Engenharia S.A. e da Subsidiária Integral (nota 24), Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., a qual teve a suas atividades iniciadas em setembro de 2013.

3) Principais Práticas Contábeis

3.1. Aplicação da Lei 11.638/07

As demonstrações financeiras da companhia foram apresentadas em conformidade com a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, sendo irrelevantes os efeitos sobre o patrimônio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, no que se refere ao ajuste de perda por impairment e ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, e por este motivo não registradas.

3.2. Adoção inicial dos IFRs (CPCs)

Em todos os períodos anteriores, incluindo os atuais, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do CPC e normas complementares da CVM vigentes naquele exercício. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os pronunciamentos do CPC.

3.3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações são as seguintes:

3.3.1. Apuração e apropriação do resultado de obras por empreitada e por administração

- **Reconhecimento da Receita**

As receitas de prestação de serviços a este título são reconhecidas em função das medições e progresso físico das obras, seguindo assim o regime de competência.

- **Reconhecimento de custos e despesas**

Os custos e despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando mensuráveis e incorridos de acordo com o progresso físico das obras.

3.3.2. Ativos circulantes e não circulantes

- **Disponibilidades e aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos.

- **Contas a Receber**

São serviços medidos e faturados não recebidos, prestados em sua maioria ao Governo (Federal, Estadual e Municipal), ajustado ao valor presente até 31/12/2012, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Em 2015 e em 2014 não foram apropriados ajustes a valor presente.

As Outras Contas a Receber representam Cauções e Medições a Faturar. As Cauções e Retenções tratam-se de valores dados como garantias ao serem firmados contratos de prestação de serviços, sendo estes devolvidos e recuperados pelos clientes no término do contrato. Já as Medições a Faturar representam os serviços efetivamente realizados, cujas medições das obras estão em processo de aprovação e o faturamento consta ainda em fase de execução, cujos custos destes contratos também foram reconhecidos.

- **Estoques**

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, o qual não ultrapassa seu valor de mercado, sendo utilizado de acordo com a necessidade dos contratos para execução dos serviços. Com a atividade de incorporação e empreendimentos imobiliários foram registrados também os custos incorridos e o valor do bem imóvel destinado à venda, sendo estes custos reconhecidos em resultado à medida que os imóveis forem vendidos.

- **Investimentos e Equivalência Patrimonial.**

O Investimento em empresa Subsidiária Integral (SI) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e refere-se a controlada TECNOSOLO SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A. (Nota 24), onde 100% dos resultados desta no montante de R\$ 5.553 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi refletido na empresa controladora TECNOSOLO. A SI apresenta Capital Social de R\$ 90.601 mil, equivalentes a 90.601.220 ações ordinárias nominativas e Patrimônio Líquido de R\$ 97.390 mil em 31/12/2015.

- **Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. As depreciações são computadas pelo método linear, levando em consideração as taxas descritas na Nota 12 e reconhecidas no resultado do período. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa

base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável, quando o caso. As marcas e patentes encontram-se a valores históricos.

3.3.3.Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.3.4.Provisões

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia, com base nas premissas que são informadas, desta forma são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas.

3.3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para atividade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível com base em contrato de venda firme

em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. Muito pelo contrario, os ativos reavaliados estão gerando lucros e continuarão gerando lucros futuros, haja vista a divulgação pela companhia em 15/04/2014, do fato relevante pela conquista de uma carteira importante de serviços, corroborando o potencial da empresa e o valor justo atribuído ao acervo técnico, como ativo gerador de resultados e importante fator na recuperação gradativa da empresa.

3.3.6. Ajuste a valor presente

Os ativos circulantes nos quais possam ter perdas relevantes são ajustados a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 1% a.m. A administração da Companhia entendeu como não significativo e não calculou nem provisionou o efeito de ajuste a valor presente dos ativos circulantes em 2015 e em 2014.

3.3.7. Transações entre Partes Relacionadas

De acordo com a Deliberação CVM nº 26/86, não há transações entre partes relacionadas nas demonstrações financeiras da companhia, a não ser o saldo residual de mútuo com empresa subsidiária integral, conforme registrado na nota 19.

4) Disponibilidades

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	25	26
Bancos c/ Movimento	(47)	(47)
Aplicações Financeiras	596	869
Fundo Fixo	63	377
	637	1.225

5) Contas a Receber e Cauções e Retenções

	31/12/2015	31/12/2014
Clientes e Medições a Faturar	8.594	9.618
Cauções e Retenções	317	317
	8.911	9.935

6)Devedores por Decisão Judicial

Os valores registrados em Itens Extraordinários referem-se ao Processo 14095474525-7, transitado em julgado favorável a TECNOSOLO S/A, em junho/04 na 5ª Vara da Fazenda Pública – Salvador - BA, tendo como ré a SURCAP - Superintendência de Urbanização da Capital – Município de Salvador – BA. Com base em parecer da assessoria jurídica, decidiu a administração refazer espontaneamente as demonstrações financeiras com base em 31.12.2005, dos itens relacionados ao referido ativo judicial, visando adicionar maiores esclarecimentos quanto aos registros contábeis, bem como aperfeiçoamento dos critérios de valorização do referido ativo, destacando também os respectivos reflexos nas demonstrações financeiras com base em 31.12.2015. Considerando o referido Parecer Jurídico adotamos já a partir do exercício de 2005 a contabilização do valor integral da ação, devidamente atualizado pelo INPC, mais juros de 0,5% a.m. (índice determinado pela justiça). O referido processo encontra-se em Ação de Execução favorável a TECNOSOLO, determinando a conversão em Precatório.

De acordo com embargos de declaração, publicado no DJBA em 21/ 08 / 2015, junto a Primeira Câmara Cível de Salvador Bahia, a Tecnosolo ajustou a atualização dos créditos a receber da Prefeitura de SALVADOR (SURCAP) com a correção retificada para uma nova forma de cálculo legal, sendo : a partir de 11/01/2003, a taxa a ser observada é de 1% ao mês com base no art. 406, CC/02 c/c com o art. 161, 1º, do CTN até 29/06/2009; e após 30/06/2009 com a entrada em vigor da Lei 11960/2009 que alterou a redação do art. 1º da Lei 9494/97, foi aplicada a atualização por índices oficiais de remuneração básica de juros aplicados à caderneta de poupança. Este procedimento, em substituição a atualização prevista anteriormente ao citado embargo de declaração recentemente publicado, alterou o índice que era pelo INPC mais juros, com variação maior do que a poupança naquele período de 30/06/2009 em diante e fez com que a empresa registrasse novo saldo em 31/12/2015 em conformidade com os referidos cálculos legais do recente embargo, referente ao crédito a receber da Prefeitura de Salvador-Bahia (SURCAP). O êxito da empresa Tecnosolo foi no reconhecimento do percentual de 1% em vez de 0,5% (cálculo legal anterior), referente a atualização do período de 30/06/2004 a 30/06/2009. Informamos a seguir o registro do referido ativo judicial:

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Itens Extraordinários		
Devedores por decisão judicial	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Devedores por decisão judicial – Completo	32.460	33.045
Honorários Advogados	20.578	18.935
Atualização e Juros	70.428	61.628
Prov. Honorários Advogados a Realizar	(20.578)	(18.935)
Saldo do Período	102.888	94.673

7) Estoques

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imóveis destinados à Venda	3.737	3.737

8) Impostos a Compensar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	951	728
Contribuição Social Retida s/ Faturas	158	123
INSS Retido s/ Faturas	837	637
Saldo Negativo de IRPJ	3.096	3.096
PIS Abono	28	28
Saldo Negativo de CSLL	725	725
INSS a Compensar	390	377
ISS a Compensar	725	561
FGTS a Compensar	2	2
PIS Retido	51	27
COFINS Retido	231	125
	<u>7.194</u>	<u>6.429</u>

São registrados impostos retidos no recebimento do faturamento e saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, reduzindo o saldo à medida que forem compensados com impostos a pagar.

9) Despesas Antecipadas

	31/12/2015	31/12/2014
Seguros a Apropriar	9	28

Representam pagamentos antecipados, cujas prestações do serviço ocorrerão em momento posterior.

10) Outros Ativos Circulantes

10.1. Adiantamentos

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento a Funcionários	-	106
Adiantamentos a Fornecedores	1.357	2.703
Adiantamentos a Diretoria	254	131
	<u>1.611</u>	<u>2.940</u>

Registram os pagamentos na contratação de fornecedores de materiais, bens e serviços à título de antecipação para cobertura de custos na colaboração de produtos específicos, só fornecidos sob encomenda. Também estão registrados os adiantamentos de salários pelos respectivos pagamentos.

10.2. Outros Créditos - Suprimentos para Serviços

	31/12/2015	31/12/2014
Suprimentos para Serviços	1.316	3.614

Os Suprimentos para Serviços correspondem os valores concedidos a serem utilizados nas obras, os quais são posteriormente comprovados os gastos e reconhecidos nas devidas despesas.

11) Depósitos Judiciais

	31/12/2015	31/12/2014
Reclamações Trabalhistas	2.712	2.711
Títulos Diversos		505
	<u>2.712</u>	<u>3.216</u>

Estes valores compõem-se de reclamações trabalhistas e depósitos judiciais, as quais os processos judiciais constam em julgamento, pendentes de decisão.

12) Imobilizado

Demonstrados pelo valor de custo de aquisição deduzidos da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais levando em consideração a vida útil econômica dos bens. Representado como segue:

	TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO 31/12/2015	VALOR LÍQUIDO 31/12/2014
Móveis e Utensílios	10%	346	342
Terrenos	-	680	680
Instalações	10%	36	55
Leasing e Consórcio - Imobilizado Arrendado	-	917	912
	-	1.979	1.989

13) Intangível

	31/12/2015	31/12/2014
Marcas e Patentes	35	35
Software	410	449
	445	484

14) Obrigações Sociais

	31/12/2015	31/12/2014
INSS a Pagar	4.745	4.052
FGTS a Pagar	1.859	1.890
Sindicato de Classe	409	377
	7.013	6.319

15) Obrigações Trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
Salários a Pagar	1.672	2.846
Rescisões a Pagar	20	22
13º Salário a Pagar	-	(176)
Férias a Pagar	103	317
Quitações a Pagar	4.780	4.780
Honorários do Conselho Fiscal	51	51
Diárias e Ajudas de Custo	50	50
Pensão Alimentícia	4	4
Empréstimos Consignados	16	16

Vale Alimentação	3	3
Vale Transporte	3	3
	<u>6.702</u>	<u>7.916</u>

16) Fornecedores

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores	46.722	45.878

Registram as compras de materiais e aquisição de serviços que ainda não foram pagos, utilizados na execução da prestação do serviço.

17) Obrigações Fiscais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	4.024	3.156
PIS a Pagar	971	807
COFINS a Pagar	4.571	3.815
Tributos Lei 10.833/03	1.103	1.101
ISS a Pagar	5.856	5.677
Parcelamento de FGTS	2.427	2.427
Parcelamento de INSS	11.322	11.322
Parcelamento de IRPJ e CSLL	-	-
Parcelamento de PIS e COFINS	4.686	4.686
Refis	16.443	16.443
Juros a Apropriar – Parcelamentos Federais	(873)	(873)
Parcelamento de ISS	863	863
Prov. IRPJ e CSLL Diferidos	27.732	27.732
Outros	3.579	2.660
	<u>82.704</u>	<u>79.816</u>
Passivo Circulante	<u>19.649</u>	<u>16.761</u>
Passivo Não Circulante	<u>63.055</u>	<u>63.055</u>

A dívida tributária está representada pelo valor original do imposto devido. Os parcelamentos são acrescidos de encargos e atualização de acordo com a legislação. Encontra-se em apuração com Receita Federal do Brasil o saldo efetivo de impostos e contribuições federais de períodos anteriores para conclusão de um processo consolidado de parcelamento. No atual estágio, não é possível determinar com segurança o referido montante líquido das compensações tributárias, razão pela qual o saldo de provisões do quadro acima está sujeito a modificações.

18) Empréstimos e Financiamentos

	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
Banco Banrisul	1.416	2.093	1.416	2.093
Bic Banco	3.292	-	3.292	-
Banco Itaú	288	757	288	275
Banco Safra	197	143	197	143
Banco Bradesco	12	-	12	-
Banco Blackwood	2.752	-	3.342	-
Banco BVA	1.129	41.956	1.129	41.956
Banco Mercantil	330	5.146	330	5.146
Encargos a Apropriar	(5.655)	(7.306)	(5.655)	(7.169)
Outros	1.430	11	2.276	386
	5.191	42.800	6.627	42.830

18.1. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos no passivo circulante quando vencíveis dentro do exercício social e, no exigível a longo prazo a serem liquidados no exercício seguinte. Os empréstimos registrados referem-se a contratos de abertura de crédito de Capital de Giro acrescidos de encargos financeiros variáveis, garantidos por aval dos acionistas controladores e contratos de prestação de serviços.

18.2. Os saldos acima estão sujeitos a eventuais ajustes de atualização e negociação de juros a partir da data da Assembléia dos Credores de 24/07/2013.

19) Outras Obrigações

	31/12/2015	31/12/2014
Dividendos	1.119	1.888
Credores Diversos	118	1.036
Cauções Retidas de Terceiros	46	46
Empréstimos concedidos pelos sócios	-	6
Reembolso a Pagar	-	380
Contrato de Mútuo	12.637	4.356
	13.920	7.712

20) Provisões de Férias e Décimo Terceiro

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de Férias	1.563	1.941
Provisão de Encargos s/ Férias	625	726
	2.188	2.667

As Provisões de Férias e de Décimo Terceiro são constituídas mensalmente com base no saldo existente acrescida dos respectivos encargos sociais.

21) Provisões para Contingências

	31/12/2015	31/12/2014
Processos Trabalhistas	5.423	5.444

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processos trabalhistas, envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores, estabelecida com base nas opiniões de consultores jurídicos da Companhia em que a perda é provável.

22) Capital Social

O capital social é de R\$ 14.922 mil, dividido em 99.305.085 ações, sendo 35.305.085 ações ordinárias e 64.000.000 ações preferenciais, conforme Ata 971º da Reunião do Conselho de Administração realizada em 21/03/2012. As ações preferenciais terão prioridade ao reembolso de Capital em caso de liquidação da Companhia e, na distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido.

23) Ajustes de Avaliação Patrimonial

23.1. Laudo de Avaliação

Com base em Laudos de Avaliação com empresas especializadas a Companhia atribuiu valor justo no exercício de 2013, aos seguintes ativos:

EM REAIS

IMOBILIZADO / INTANGÍVEL	VLR ORIGINAL	DEPRECIAÇÃO	VLR. LÍQUIDO	VLR. JUSTO	DIFERENÇA
EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO	4.962.573,30	1.694.956,93	3.267.616,37	14.089.500,00	10.821.883,63
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.240.249,53	8.676.973,34	5.563.276,19	8.589.970,00	3.026.693,81
VEICULOS	1.609.850,54	1.403.513,97	206.336,57	387.000,00	180.663,43
ACERVO TÉCNICO	-	-	-	16.294.000,00	16.294.000,00
MARCAS TECNOSOLO	-	-	-	51.240.750,00	51.240.750,00
TOTAL	20.812.673,37	11.775.444,24	9.037.229,13	90.601.220,00	81.563.990,87

23.1. 1. Integralização do Capital Social de Subsidiária Integral.

Estes ativos foram dados como total integralização do Capital Social da Subsidiária Integral Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A. (Nota 24).

23.2. Critério contábil

A contra partida contábil da avaliação a valor justo efetuada no exercício de 2013, está refletida no resultado do exercício, na conta "Avaliação a Valor Justo" e "Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos", no montante de:

Valor da variação da avaliação ao valor justo	81.564
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	<u>(27.732)</u>
Valor Líquido	53.832

24) Constituição da Subsidiária Integral.

Em 13 de setembro de 2013 foi constituída a empresa Subsidiária Integral (SI), com o intuito de dinamização dos negócios da Cia., denominada Tecnosolo Serviços de Engenharia S.A., com participação de 100% do seu Capital Social.

24.1. Capital Social da SI

O Capital Social da SI foi totalmente subscrito e integralizado no exercício de 2013, com a versão de parte dos Ativos da Controladora Tecnosolo Engenharia S.A., sendo:

IMOBILIZADO / INTANGÍVEL	VALOR
EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÃO	14.090
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.590
VEICULOS	387
ACERVO TÉCNICO	16.294
MARCAS TECNOSOLO	51.240
TOTAL	90.601

25) Dividendos e Constituição de Reservas de Lucros e Lucros a Realizar

25.1. A Companhia apurou Lucros a Realizar de exercícios anteriores, decorrentes de saldo remanescente de lucros retidos após dedução da Reserva Legal, Estatutária e dividendos obrigatórios, e correspondentes a resultados não realizados financeiramente, em face do ativo contas a receber SURCAP-BA, citado na nota explicativa 06, sendo acrescida a esta reserva de lucros a realizar em 2015 pelo saldo do dividendo mínimo obrigatório, que ultrapassa a parcela realizada do lucro líquido do exercício, como segue :

Lucro Líquido do Exercício	506
(-) Reserva Legal 5%	(25)
(-) Reserva Estatutária 10%	<u>(51)</u>
Subtotal	430

Dividendo mínimo de 25% 120
(a Reserva Estatutária não abateu da base de calculo do dividendo mínimo)

25.2. Verificação da parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Lucro Líquido do Exercício	506
<u>(-) parcelas não realizadas financeiramente :</u>	
(-) Atualização e juros do credito junto a SURCAP (Nota 6)	(8.215)
(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial (Nota 3.3.2)	<u>(5.553)</u>
(=) Resultado após dedução dos valores não realizados	(13.262)

Portanto, a Cia. não apresenta lucros realizados financeiramente sujeitos a distribuição de dividendos neste exercício, razão pela qual o dividendo mínimo mencionado na nota 25.1 anterior será destinado a Reserva de Lucros a Realizar.

25.3. Constituição da Reserva de Lucros a Realizar :

Saldo Exercícios anteriores	55.624
Dividendo mínimo de 25% não realizado financeiramente	120
Estorno de dividendos propostos em 2014	<u>73</u>
(=) Reserva de Lucros a Realizar	55.817

26) Evento Subsequente

Em 03 de agosto de 2012, a Companhia informou que ajuizou o pedido de recuperação judicial, através do processo no. 0314091-97.2012.8.19.0001 em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro, em conformidade com a Lei no. 11.101/05. O pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação econômico-financeira da Companhia e para proteger a continuidade dos serviços por ela prestados.

Em 29 de agosto de 2012, foi deferido o processamento da recuperação judicial, nomeando o administrador judicial e determinando a suspensão de todas as ações e execuções, na forma do art. 6º. da Lei no. 11.101/05.

Em 09 de novembro de 2012 foi apresentado nos autos, o Plano de Recuperação Judicial em atendimento ao artigo 53 da Lei no 11.101/05.

Em 24 de julho de 2013, em Assembleia Geral dos Credores foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, tendo sido homologado pelo Juiz da 7ª Vara Empresarial da Comarca da capital do Rio de Janeiro.

27) Lucro por Ação e Valor Patrimonial da Ação.

O lucro por ação no exercício 2015 foi de R\$ 0,01, e até o momento este indicador não representa lucro realizado financeiramente. O valor patrimonial das ações no exercício 2015 foi de R\$ 0,18 e em 2014 foi de R\$ 0,18 para cada lote de mil.

28) Receitas de Vendas e Serviços

	31/12/2015	31/12/2014
Receita de Serviços – Privados	-	177
Receita de Serviços - Órgãos Públicos	6.940	11.418
Impostos Incidentes sobre a Receita	(561)	(3.108)
PIS	(69)	(85)
COFINS	(316)	(415)
ISS	(176)	(199)
Cancelamentos	(531)	(2.409)
	<u>5.848</u>	<u>8.487</u>

29)Outras Receitas Operacionais

	31/12/2015	31/12/2014
Itens Extraordinários	8.215	9.267
Reversão de ajuste a Valor Presente	-	1.399
	<u>8.215</u>	<u>10.666</u>

30)Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
Descontos Obtidos	-	1
	<u>-</u>	<u>1</u>

Despesas Financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Bancárias	13	20
Juros Passivos	808	20
	<u>821</u>	<u>40</u>

Resultado Financeiro

	<u>(821)</u>	<u>(39)</u>
--	--------------	-------------

31) Demonstrações financeiras consolidadas e Destinação dos Lucros da empresa Subsidiária Integral.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

- a) A subsidiária Integral é uma empresa na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.
- b) Transações entre a companhia e a SI, quando existentes, são eliminados. Na consolidação foram eliminadas as parcelas correspondentes aos saldos dos ativos e passivos (mútuo) entre as sociedades.
- c) As políticas contábeis da controlada podem ser alteradas e as suas demonstrações financeiras ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as políticas adotadas pela Controladora.
- d) O método de avaliação foi com base na equivalência patrimonial sendo eliminada na consolidação, onde o resultado da Cia. Controladora, é idêntico ao resultado consolidado.

e) A empresa Subsidiária Integral calculou e provisionou os dividendos de R\$ 1.318.768,04, da seguinte forma :

Lucro Líquido:	5.552.707,53
Reserva Legal – 5%	277.635,38
Reserva Estatutária – 10%	555.270,75
Dividendos de 2015 - 25%	1.318.768,04 (25% do LLEX menos a Reserva Legal)

Reserva c/Retenção Lucros: 3.401.033,36
(LLEX - Reserva Legal – Reservas acima constituídas – dividendos 2015)

32) Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, existentes em 31/12/2015 são: aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores baseados em taxas e encargos contratuais, equivalentes aos de mercado e os empréstimos e financiamentos com base nos saldos aprovados em Assembleia Geral de Credores.

32.1 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 550 de 17/10/08, não há informações de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Marcelo Sénges Carneiro – Diretor – Presidente; Leonardo Cavalcanti de Moraes Camacho – Diretor Vice-Presidente; Kátia Mosso Ferreira – Diretora Vice-Presidente; **Contador** – Milton Marotti Rapizo – CRC-RJ 022.267/O-9.